

35º Encontro Anual da ANPOCS

GT05 - Desenvolvimento em perspectiva: teorias, experiências e projetos políticos

Desenvolvimento regional no Norte de Minas Gerais

Gilmar Ribeiro dos Santos (UNIMONTES)

Ricardo dos Santos Silva (UNIMONTES)

Montes Claros/MG
Agosto de 2011

Desenvolvimento Regional no Norte de Minas Gerais

Gilmar Ribeiro dos Santos¹

Ricardo dos Santos Silva²

Introdução

Este artigo analisa a experiência de desenvolvimento do Norte de Minas Gerais na segunda metade do século XX. Privilegiou-se aqui o período a partir da década de 1950 onde se iniciou, por meio do Governo Federal, um movimento visando potencializar o desenvolvimento do Nordeste brasileiro, o qual incluiu também o Norte de Minas, na década seguinte. No entanto, por vezes, o texto situa elementos históricos fundamentais para a compreensão da estrutura econômica e social da região, caracterizando seu isolamento em relação às relações capitalistas de produção, assim como alguns elementos importantes do processo de modernização das relações sociais de produção na região.

Os argumentos sobre o desenvolvimento de Minas Gerais estão vinculados a três grupos ou correntes de interpretação. O primeiro grupo, denominado “representacionista”, afirma que as lideranças políticas representavam os interesses dos grandes proprietários, o que explica, por exemplo, a grande influência política dos cafeicultores da Zona da Mata e do Sul de Minas durante a Primeira República. A segunda corrente de interpretação dissocia economia e política ao afirmar que a burocracia e as lideranças políticas profissionais orientavam o processo de desenvolvimento a despeito dos interesses privados. Há uma nítida dicotomia entre as correntes, pois se a primeira verifica uma sintonia entre Estado e burguesia, a segunda, concebe o Estado como agente central do desenvolvimento, (PEREIRA, 2007).

A terceira corrente buscou articular os argumentos precedentes, superando essa dicotomia. Destaca-se o estudo de Dulci (1999) sobre o processo de

¹ Doutor em Educação pela PUC São Paulo. Docente e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social / PPGDS e do Departamento de Política e Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, Montes Claros-MG, Brasil.

² Mestre em Desenvolvimento Social / PPGDS. Docente da Universidade Aberta do Brasil – UAB e pesquisador na Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES.

desenvolvimento de Minas Gerais, apresentando como fio condutor de sua análise a conjugação de *fatores econômicos e políticos* na superação do “atraso econômico da região”. A partir de duas variáveis principais, o “grau de desenvolvimento ou de atraso econômico” das regiões e o caráter “interno ou externo da iniciativa de modernização”, propôs um modelo de análise do desenvolvimento que considerou as *razões de mercado*, as *razões políticas estratégicas* e os *casos intermediários* – que combinaram a lógica do mercado e os fatores políticos.

O processo de desenvolvimento das diferentes regionais de Minas Gerais não foi homogêneo. Foram verificadas neste estado três modalidades principais de desenvolvimento, o que reforça a idéia da sua heterogeneidade. Os modelos constatados variam consideravelmente. Casos diametralmente opostos ocorreram em Juiz de Fora, que se assemelha ao modelo originário de industrialização (o parque industrial da localidade era uma extensão do centro mais dinâmico da economia brasileira durante a fase pioneira de industrialização) e no Norte de Minas, área de atuação da SUDENE, que teve seu processo de industrialização estimulado por uma política do Governo Federal. Esses dois casos refletem respectivamente o tipo de industrialização motivada por *fatores de mercado*, relativamente independente de variáveis políticas, e a industrialização motivada por *fatores externos*, baseada em meios institucionais para a dinamização de áreas sem interesse para investimentos de mercado. Uma terceira modalidade de desenvolvimento mineiro se baseou na busca de “uma via própria” que se utilizava de recursos políticos articulada ao potencial das condições de mercado, modalidade característica de Belo Horizonte. Assim, o processo de desenvolvimento deriva do impulso interno a partir da combinação de fatores econômicos e políticos. As elites mineiras se apresentaram como fundamentais nesse processo (DULCI, 1999).

Furtado (1989, p.90) afirmava que “os processos históricos são evidentemente, muito mais complexos do que podem sugerir os esquemas teóricos”. Nesse sentido, a tipologia proposta por Dulci (1999) serve de referência, mas como o autor considera o desenvolvimento motivado por *fatores externos* presente no Norte de Minas Gerais, podemos complementar a sua análise acrescentando alguns fatores da história regional que problematizam o modelo proposto para o Norte de Minas. Aludimos a participação das elites locais no processo de desenvolvimento da região.

Breve caracterização da região Norte de Minas Gerais

Autores como Mata-Machado (1991), Botelho (1994), Cardoso (1996) e Costa (1997) abordaram o processo de povoamento do Norte de Minas Gerais. Eles se debruçaram sobre o tema e serviram de base para a compreensão deste processo. Enfatizamos este processo histórico, pois, como observou Mata-Machado (1991), a região, do séc. XVIII até o início do séc. XX apresentava características que pouco se modificaram ao longo dos séculos. Até 1930, mais precisamente até a década de 1960, a região conservou praticamente os mesmos traços, ou seja, “economia agropastoril, sociedade estratificada com predomínio do ‘compadrio’, organização política baseada na ordem privada. Atravessou os séculos isolada das regiões mais desenvolvidas do país e manteve um ritmo de crescimento lento e retardatário” (MATA-MACHADO, 1991, p.27).

As primeiras populações que habitaram a região Norte de Minas Gerais foram as nações indígenas Tapuias e Caiapós. Com seu modo de vida específico, desenvolviam atividades de caça, pesca, coleta e cultivo de algumas espécies vegetais para reprodução de sua existência. A partir do século XVII este quadro foi dramaticamente afetado. Estes povos foram mortos, escravizados ou expulsos da região no confronto com os integrantes das bandeiras paulistas invasoras na região (COSTA, 1997).

No século XVII dois grupos invasores simultâneos se instalaram no Norte de Minas. Um composto pelos *vaqueiros* que seguiram o curso do Rio São Francisco desde a Bahia e Pernambuco, e outro pelos bandeirantes paulistas que, movendo guerra ao gentio, fundaram povoados e se estabeleceram como grandes criadores.

Segundo os estudos de Mata-Machado (1991), Botelho (1994) e Cardoso (1996), no processo de invasão do Norte de Minas algumas atividades produtivas se destacaram, como a criação de bovinos para tração, para a produção de carne e couro, além da criação de equinos. A pecuária apresentava vantagens. Em um país de população diminuta, a criação do gado *vacum* apresentava benefícios no que diz respeito à mão de obra utilizada. Segundo Abreu (1976³ *apud* MATA-MACHADO, 1991, p.30), a lida com

³ ABREU, J. Capristano de. *Capítulos de História Colonial* (1500-1800). 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1976.

o gado “pedia pessoal diminuto, sem traqueamento especial, consideração de alta valia num país de população rala”. A agricultura de subsistência emergiu associada à pecuária, servindo para a complementação alimentar dos moradores da região. O autor supracitado aponta alguns motivos que facilitaram a instalação desta economia na região:

A presença do sal nos chamados ‘barreiros’ (depósitos superficiais de sal mineral) e as facilidades de importação do produto do vale médio inferior do Rio São Francisco (Capitanias da Bahia e Pernambuco), utilizando-se o próprio rio como via de tráfego, favoreceram ainda mais a instalação desta economia (BOTELHO, 1994, p.38).

Houve o desenvolvimento de uma estrutura econômica baseada na pecuária extensiva e na agricultura de subsistência, que resultou em um processo de povoamento “rarefeito”, pois as atividades demandavam grandes espaços territoriais e diminuta mão de obra. Os povoados surgiram às margens dos rios – especialmente do São Francisco – e ao longo das rotas de comércio, principalmente onde havia algum tipo de cultura agrícola de pequena escala (CARDOSO, 1996).

Ambas as invasões resultaram na instalação de grandes fazendas de criação, e estas foram firmadas antes mesmo do início da exploração aurífera. Deve ser destacado, segundo Botelho (1994), que a região já se encontrava pronta para suprir o aumento na demanda de alimentos. Ademais, a região passou a ser importante rota de suprimento das minas e da fuga de ouro. Este desvio do ouro foi uma das preocupações dos portugueses.

A ordem política instaurada no Norte de Minas, diferente das regiões focadas na exploração do ouro, apresentava certa fluidez da administração. Anastasia (1983) a partir de uma análise enfocando o confronto entre o poder público e o poder privado, verificou o predomínio da ordem privada na região, onde os potentados ditavam as ordens⁴. A Sedição de 1736, revolta de maior repercussão histórica da região Norte de Minas Gerais, foi gerada pelo avanço da ordem pública no sertão, ou seja, lutava-se contra a ampliação do poder público da Coroa portuguesa. O movimento previa a dominação de todo o Norte de Minas e posteriormente de Sabará e de Vila Rica.

⁴ A exclusão do norte mineiro da dinâmica intrínseca à ordem colonial, por se constituir em centro de produção e intermediação de mercadorias, restrito ao abastecimento interno da Colônia, possibilitou aos grandes proprietários de terra da região a absoluta predominância das formas autoritárias de dominação interna e a consolidação de um reduto da ordem privada (ANASTASIA, 1983, p.73).

A revolta apresentou tanto conotações econômicas quanto políticas, pois combatia a capitação⁵, que causaria uma diminuição do excedente realizado e apropriado pelos grandes fazendeiros do sertão do São Francisco e representava um confronto entre o poder público e a ordem privada. Além disso, as “camadas mais baixas da região” questionaram as formas autoritárias de dominação interna exercida pelos grandes proprietários de terras, (ANASTASIA, 1983)

As tentativas fracassadas de controle desta área tão vasta e de ocupação difusa levaram a Coroa a tentar o seu isolamento. De acordo com Mata-Machado (1991), o isolamento da região do Vale do São Francisco se deve aos seguintes fatores: a proibição do comércio, a distância dos mercados exportadores, o estabelecimento de contagens (para a cobrança de impostos sobre mercadorias que seguiam para a zona mineradora) e a concorrência de outras regiões. Além disso, havia a cobrança do imposto da capitação, a repressão advinda da Coroa e o confisco dos bens dos líderes da Sedição. Estes fatores contribuíram, também, para a não acumulação de riquezas suficientes para enfrentar a decadência da mineração⁶.

A Sedição marcou o fim do domínio econômico do sertão do São Francisco nas relações de troca com a região das minas (BOTELHO, 1994). A Coroa estabeleceu um cerco iniciando o período de isolamento do Norte de Minas Gerais, o qual, em termos econômicos, vigorou até a primeira metade do século XX. Mesmo com a Independência do Brasil em 1822, não houve alteração neste quadro de isolamento, pois, em termos econômicos, a região não era atrativa para o capital, sendo este o principal fator para a explicação do isolamento, (SILVA, 2011). Segundo Botelho (1994, p.40) este quadro de “isolamento econômico e político, elementos nascidos neste momento, deram os contornos da história local nos dois séculos seguintes”.

⁵O novo sistema tributário obrigava os homens livres, oficiais de qualquer ofício e escravos ao pagamento de 4 3/4 de ouro per capita; as lojas eram taxadas proporcionalmente aos seus cabedais: as lojas grandes (mais de 30.000 cruzados) pagariam 12 oitavas de ouro, as médias (de 15.000 a 20.000 cruzados) 8 oitavas e as pequenas (de 2.000 a 3.000 cruzados) e os mascates seriam taxados em 4 oitavas de ouro. Em cada distrito haveria um Intendente, subordinado ao Governador, e ao qual subordinavam-se os oficiais da Intendência – tesoureiro, fiscal, escrivão e meirinho – e todos os moradores do distrito (ANASTASIA, 1983).

⁶ Dois fatos importantes devem ser contrapostos ao isolamento da região: a) a persistência da comercialização de gado e de peles de animais com a Bahia e, em menor escala, com o Rio de Janeiro e b) o estabelecimento de um comércio inter-regional considerável entre localidades do médio São Francisco e entre elas e as províncias de Goiás e do Nordeste. Desta forma, “o isolamento não significou falta de produtividade. Contando com os próprios recursos, a população desenvolveu um estilo de vida autônomo, fundado na agricultura para subsistência e na utilização das riquezas naturais” (MATA-MACHADO, 1991, p.62).

Nesse contexto, as relações sociais e políticas estabelecidas entre os norte-mineiros, foram marcadas pelo *compadrio*, *coronelismo* e *sistema de barracão*, (cf. Silva, 2011). Essas relações, caracterizadas pela dominação e impingidas de pessoalidade, retratam a matriz cultural do país como indicam abordagens culturalistas brasileiras. Constituiu-se na região uma ligação mais íntima entre os norte-mineiros o que arrefeceu, escamoteou a distinção de classe.

A SUDENE e o Norte de Minas Gerais

As análises de Furtado sobre os desequilíbrios regionais estão frequentemente associadas à temática do subdesenvolvimento. De tal modo, a dimensão histórica da sua obra compreende a formação econômica brasileira, abrangendo desde a colônia até o diagnóstico e proposição de políticas para o desenvolvimento regional na década de 1950, (CANO, 2010, p.23).

Furtado (1981) entende o subdesenvolvimento como um fenômeno singular. O desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos constitui um mito devido à sua dependência, tanto em termos econômicos quanto culturais, dos países desenvolvidos (desenvolvimento mimético visando ao consumo das “classes dirigentes”). Segundo ele, a manutenção do padrão de consumo das classes dirigentes brasileiras, *modernização* sem desenvolvimento econômico⁷, resultou no aumento das desigualdades sociais. Essa análise de Furtado se concentra no consumo e não na estrutura produtiva.

O Nordeste brasileiro apresentava problemas estruturais condicionantes do seu “atraso”. A economia agroexportadora nordestina surgiu na primeira metade do século XVI, quando da ocupação das terras úmidas no litoral. Essa economia exportadora gerou uma periferia produtora de animais, tanto para o trabalho quanto para a alimentação. O setor exportador era dependente da demanda externa. Quando havia o declínio do comércio exterior, o subsistema periférico absorvia também estas crises. O declínio da demanda externa na segunda metade do século XVII, contribuiu para a ocupação das terras do semi-árido.

⁷ Para Furtado (1981) o desenvolvimento econômico pode ser entendido como acumulação de capital e adoção de processos produtivos mais eficientes que contribuem para o aumento da renda de uma comunidade. *Modernização* é a “adoção de novos padrões de consumo, correspondente a níveis mais elevados de renda, na ausência de desenvolvimento econômico” (FURTADO, 1981, p.97). Nesse caso, ainda segundo Furtado, a renda ocorre por meio da exploração de recursos naturais não renováveis e da realocação de recursos com o objetivo da especialização no sistema de divisão internacional do trabalho.

A sociedade do semi-árido, tendo seu processo de ocupação sustentado pela pecuária extensiva, se caracterizava pela dispersão espacial dos produtores rurais e sua total dependência em relação aos proprietários de terras. Essa configuração econômica não dava margem à acumulação por parte dos trabalhadores, estavam condenados ao imobilismo, reproduziam mecanicamente o passado. Além disso, havia uma rígida hierarquia social e o autoritarismo da classe dirigente. “Assim, o ecológico, o econômico, o social e o político se entrelaçaram para produzir o duro cimento em que se alicerçou o subdesenvolvimento do Nordeste” (FURTADO, 1989, p.23).

A *Operação Nordeste*, iniciada durante o governo de Juscelino Kubitschek e liderada por Celso Furtado, segundo este último, visava mudar o rumo da história nordestina. A SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) foi um fator importante para o desenvolvimento regional, sendo um instrumento, definido no interior do quadro político nacional, que buscava suprimir as desigualdades regionais fortemente condicionadas pelas disparidades entre as forças produtivas do Nordeste e do Centro-Sul – região mais desenvolvida do país, Furtado (1989), Cardoso (2000).

Oliveira (1977) apresenta uma interpretação fecunda sobre as disparidades regionais, considerando o processo de expansão capitalista em direção ao Nordeste. Apresenta o conceito de região baseada nas especificidades da reprodução do capital. Nos termos de Oliveira (1977, p.29):

Uma região seria, em suma, o espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital, e por conseqüência uma forma específica da luta de classes, onde o econômico e o político se fusionam e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos da reposição. [As] diversas formas de reprodução do capital conformariam “regiões” distintas.

O desenvolvimento do capitalismo é combinado e desigual. Os diferentes níveis de reprodução do capital condicionam as especificidades de cada região. Assim, a partir da divisão regional da produção no país pode-se compreender as relações inter-regionais e as contradições resultantes dos diferenciais de reprodução ampliada do capital e das relações de produção, Oliveira (1977).

Nesse sentido, as relações entre o Centro-Sul e o Nordeste foram marcadas pelas diferenças entre os níveis de reprodução do capital e das relações de produção que redefiniram a divisão regional do trabalho em termos nacionais, evidenciado como conflito entre regiões, o Centro-Sul em crescimento e o Nordeste estagnado.

Porém, essa estagnação é inerente à dinâmica capitalista nacional. No pós anos de 1930, “a expansão do sistema capitalista no Brasil tem seu *locus* na região Centro-Sul comandada por São Paulo, o ciclo toma espacialmente a forma de destruição das economias regionais, ou das ‘regiões’ (OLIVEIRA, 1977, p.65-6). É um processo dialético que, com vistas à concentração de capital, apropria os excedentes captados em outras regiões a fim de centralizar o capital. Essa destruição expressa a expansão capitalista em escala nacional. O fechamento de fábricas, a entrada de mercadorias e o predomínio do Centro-Sul, caracterizaram esse processo, corroborando as disparidades resultantes dos diferenciais de acumulação de capital.

A integração nacional sob o domínio econômico e político da “região” de São Paulo (Centro-Sul), não encontrou resistência na debilitada “burguesia industrial açucareira-têxtil”, politicamente incapaz de redefinir e comandar seu “esquema de reprodução”. A perda de poder político “impedia-lhe de utilizar o próprio Estado⁸, capturado pela burguesia industrial do Centro-Sul e, no Nordeste, pela oligarquia algodoeiro-pecuária, para redirecionar seus esquemas de reprodução” (OLIVEIRA, 1977, p.78).

A SUDENE, na perspectiva do autor supracitado, acelerou o processo de destruição da economia “regional” nordestina. A integração planejada deslocou os esquemas de reprodução da economia nordestina e converteu recursos públicos em capital para a expansão capitalista do Centro-Sul.

Em 1963 o Norte de Minas foi incluído na área da SUDENE por meio da Lei n. 4.239, que considera como Nordeste a região abrangida pelos Estados do Maranhão, do Piauí, do Ceará, do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Pernambuco, de Alagoas, de Sergipe, da Bahia e ainda a zona do Estado de Minas Gerais, situado no denominado Polígono das Secas, e o Território de Fernando de Noronha.

Cardoso (2000) observa que o Norte de Minas é uma região peculiar no Estado de Minas Gerais, pois se assemelha ao Nordeste em suas características econômicas, sociais e culturais. A origem de sua população, sua estrutura produtiva, seus hábitos e a própria extensão do seu território apontam esta semelhança. Além disso, “faz

⁸ Segundo Oliveira (1977, p.82) o “Estado que fica no Nordeste é um Estado imobilista, do ponto de vista das relações entre as classes “regionais”, ainda que do ponto de vista da acumulação em escala nacional operasse francamente, reiterando os termos de reprodução da economia industrial”.

com que os indicadores de subdesenvolvimento mais comuns no Nordeste, ali também se verifiquem” (CARDOSO, 2000, p.218-219).

Os motivos, não oficiais e documentados, que levaram a inclusão do Norte de Minas na área de atuação da SUDENE variam substancialmente, de aspectos técnicos passando por aspectos políticos, até motivações de cunho pessoal⁹. Oficialmente, de acordo com documentos da própria autarquia pesquisados por Cardoso (2000), a inclusão do Norte de Minas se deve ao fato desta área pertencer ao Polígono das Secas, apresentando características físico-climáticas semelhantes às do semiárido nordestino.

A criação da SUDENE contribuiu para intensificar as relações do Norte de Minas com o Centro-Sul, integrando sua economia àquela região mais dinâmica. Para Cardoso (2000, p.222), “por isso mesmo, preocupou-se em dotar o Polígono das Secas mineiro de condições infra-estruturais, de maneira que ali se expandissem formas de produção capitalistas mais modernas”. Assim, as intervenções governamentais contribuíram para a reprodução capitalista no Norte de Minas. Não por acaso as forças dominantes do Centro-Sul apoiavam as ações da SUDENE no sentido de efetuar mudanças estruturais no Nordeste, pois a modernização desta região abriria novos mercados, favorecendo as atividades industriais do Centro-Sul (FURTADO, 1989). Segundo Braga (1985), ratificando a análise realizada por Oliveira (1977), mais do que a abertura de novos mercados ocorreu a expansão das indústrias do Centro-Sul no Norte de Minas.

Braga (1985) afirma que a SUDENE tinha como objetivo desenvolver a agricultura (expandir a fronteira agrícola e as áreas de irrigação para zonas áridas e mecanizar o campo), fornecendo bens alimentícios a baixo custo, para servir de sustentáculo ao processo de industrialização regional¹⁰. A industrialização do Norte de Minas apresentaria os seguintes objetivos:

- a) selecionar indústrias que apresentassem maior viabilidade econômica na região;

⁹ De acordo com Pereira (2007), em 1946 a região Norte de Minas foi incluída no Polígono das Secas, por iniciativa do deputado Vasconcelos Costa com o Presidente Eurico Gaspar Dutra.

¹⁰ Braga (1985) analisou os documentos do GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste), criado no Governo desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek e coordenado por Celso Furtando. Apresentava como objetivo efetuar estudos minuciosos da região que serviram de base para a atuação governamental.

- b) fomentar indústrias que apoiando-se numa base favorável de matérias-primas locais têm possibilidades de tornar-se competitivas com as do Centro-Sul, penetrando rapidamente no mercado regional como no nacional;
- c) atacar as indústrias tradicionais no sentido de modernizá-las, principalmente a têxtil, que constitui importante fonte de emprego para a população local, e por utilizar a fibra de algodão local;
- d) aproveitamento da mão-de-obra barata (BRAGA, 1985, p.20).

Estes objetivos foram corrompidos. O papel principal da SUDENE na região foi fornecer incentivos fiscais para a modernização da economia regional. Este processo deve ser entendido no quadro na dinâmica capitalista no Brasil. Braga (1985) afirma que não aconteceu uma ligação dos capitais investidos com as estruturas produtivas regionais, mais um reflexo da ligação dos incentivos da SUDENE com o processo de acumulação de capitais do Centro-Sul do país. Foram beneficiados com os incentivos os ramos industriais mais dinâmicos. Braga observa, também, que somente 25% dos capitais investidos nos projetos de industrialização eram originários do Norte de Minas. Outro ponto que corrobora a dissociação entre os capitais beneficiados e a estrutura econômica do Norte de Minas é a destinação da produção industrial da região. Apenas 6,6% da produção industrial norte-mineira era destinada ao mercado local. Segundo Braga (1985):

Fica mais uma vez evidenciado que o parque industrial da AMS, não se dá como respostas às necessidades estruturais do desenvolvimento econômico da região. Nota-se o “para quem” (quem primeiro se beneficiou desse crescimento industrial) foram: as grandes empresas, o capital oligopolista, (nacional e multinacional) que conforme já dissemos, se expandiram em direção a AMS, aproveitando o sistema de incentivos (BRAGA, 1985, p. 45).

Em suma, para a autora, o processo de industrialização do Norte de Minas não poderia ser compreendido dissociado da dinâmica mais geral do capitalismo nacional. Em outras palavras, configurava-se como espaço alternativo para a reprodução ampliada do capital. Com a expansão do parque industrial do Centro-Sul em direção ao Norte de Minas teve-se como resultado o baixo aproveitamento das matérias-primas regionais, débil absorção da mão de obra norte-mineira e produção comercializada para além das fronteiras regionais.

As elites do Norte de Minas no processo de desenvolvimento regional

As elites regionais iniciaram sua organização institucional na década de 1940. Um exemplo significativo foi a criação da Sociedade Agropecuária de Montes Claros, em 1944, posteriormente denominada Sociedade Rural de Montes Claros, outro foi a criação da ACI (Associação Comercial e Industrial de Montes Claros) em 1949. Essas duas entidades não representavam segmentos específicos das elites regionais, pois proprietários rurais, médicos, advogados, comerciantes e farmacêuticos participavam da Sociedade Rural e da ACI, PEREIRA (2007). Essa situação, semelhante à organização das elites em âmbito estadual, expressa a “polivalência” das elites norte-mineiras. A política regional era marcada pela presença simultânea de fazendeiros, comerciantes e profissionais liberais. O quadro a seguir elucida a polivalência das elites norte-mineiras.

QUADRO 01

Polivalência das elites regionais

Nome	Profissão/ramo de atividade	Cargo na ACI*	Cargo na Soc. Rural	Cargo Político
Antônio Lafetá Rebello	Fazendeiro	Conselho Consultivo (1957-1962)	Presidente (1975-1976)	Prefeito de Montes Claros (1967-1970, 1978-1982)
Jairo Ataíde Vieira	Odontólogo e fazendeiro	Vice-pres. (1977-1980)	Vice-pres. (1983-1984, 1993-1994)	Prefeito de Montes Claros (1997-2004)
João F. Pimenta	Engenheiro e fazendeiro	2º vice-pres. (1952-1956)	Vice-pres. (1944-1946)	Prefeito de Montes Claros (1955-1956)
José Corrêa Machado	Engenheiro e empresário	Presidente (1977-1980)	Presidente (1985-1986)	Vereador em Montes Claros (1989-1992)
Plínio Ribeiro dos Santos	Médico, comerciante e fazendeiro	Presidente (1949-1951)	Conselho administrativo (1951)	Dep. Federal (1955-1959)
Roberto Mauro Amaral	Engenheiro Agrônomo	Não participou	Secretário (1965-1966)	Dep. Estadual (1991-1995), Diretor da CODEVASF (1977-1990)

Fonte: Pereira (2007).

(*) Listou-se apenas o cargo mais importante ocupado pela pessoa na entidade

No entanto, o poder econômico no período estava centrado na produção agropecuária, na região. Mais precisamente na pecuária. Mesmo com a expansão das profissões de formação superior entre as elites locais em meados do século passado, a tradição da criação de gado moldava a cultura local. Mesmo tendo como atividade principal em termos financeiros uma atividade que não a de fazendeiro, esta última era de

fato a referência da identidade das elites regionais. Além dessa polivalência das elites, percebeu-se uma forte intercessão entre a iniciativa privada e poder público. As principais entidades representantes das elites de Montes Claros eram na verdade entidades regionais, elas participaram ativamente do processo de modernização econômica regional.

Ao analisar o papel do Estado na sociedade capitalista é necessário considerar a elite dirigente da máquina estatal, a qual dirige o poder estatal. Embora Miliband (1972) enfoque o empresariado¹¹ no controle do poder estatal, sua abordagem serve de referência para que possamos compreender como uma classe economicamente dominante, no caso do Norte de Minas Gerais, principalmente os grandes fazendeiros influenciaram o processo de modernização regional via Estado. Isto é particularmente necessário na análise das relações entre o poder público e as elites dominantes. Para Miliband (1972):

Não será difícil descobrir que tal relação é realmente muito próxima e que os detentores do poder estatal são, por inúmeras e distintas razões, os agentes do poder econômico privado – e que aqueles que dirigem esse poder são também, por conseguinte, sem que com isso acentue indevidamente a significação das palavras, uma autêntica “classe dominante” (MILIBAND, 1972, p.73-74).

Miliband (1972) contraria a visão de que os empresários não estão tão envolvidos no governo, na administração e nas assembleias legislativas. “Eles estão envolvidos e tanto mais diretamente à proporção que o Estado passa a ocupar-se mais com a vida econômica” (MILIBAND, 1972, p.78). Os homens de negócio ocupam posições da maior importância em comparação com outros grupos econômicos, influenciando, e quiçá determinando, o caráter da intervenção estatal.

Embora os empresários não constituam mais do que uma pequena parte da elite estatal – classes pré-industriais, aristocráticas e fundiárias se destacaram numericamente no sistema estatal –, este desligamento relativo do sistema é reduzido tendo em vista a composição social da elite estatal. Em termos econômicos e sociais, os empresários pertencem às classes médias e altas e a grande maioria dos membros da elite estatal é recrutada nestas classes. Do ponto de vista social, o sistema estatal conservou

¹¹ Nos Estados Unidos, segundo Miliband (1972, p.76), “eram os empresários que constituíam o maior grupo ocupacional singular dos gabinetes, entre 1889 e 1949, e do número total de membros do gabinete entre tais datas mais de 60% eram empresários de um tipo ou outro”.

seu caráter de classe média e alta, embora com uma lenta redução do elemento aristocrático e com lenta expansão do elemento oriundo da classe operária e da classe média baixa.

O que os fatos sugerem de maneira conclusiva é que, em termos de origem social, educação e situação de classe, os homens que ocuparam *todos* os postos de comando dentro do sistema estatal provêm, em grande medida e em muitos casos em sua maioria esmagadora, do mundo de negócios e da propriedade, ou das classes médias profissionais. Aqui, como em qualquer outra esfera, os homens e mulheres nascidos nas classes subordinadas e que formam, é claro, a imensa maioria da população têm sido tratados muito pobremente – não só, é bom salientar, naqueles setores do sistema estatal, tais como administração, forças armadas e judiciário, que dependem de nomeação, mas inclusive naqueles que estão sujeitos ou que parecem sujeitos aos caprichos do sufrágio universal e aos azares da política competitiva. Numa época em que se fala tanto em democracia, igualdade, mobilidade social, ausência de classes, e assim por diante, continua a ser um fato básico da vida dos países capitalistas avançados o de que a imensa maioria de homens e mulheres daqueles países tem sido governada, representada, administrada, julgada e comandada na guerra por pessoas oriundas de outras classes econômicas e socialmente superiores e relativamente distantes (MILIBAND, 1972, p.87).

As elites regionais organizaram dois eventos na década de 1950, os quais expressaram sua capacidade de mobilização e as bases tanto da ação, quanto do pensamento regionalista. Em 1953 ocorreu na cidade de Montes Claros a Reunião Regional das Classes Produtoras organizada pela Associação Comercial de Minas. Participaram da Reunião representantes estaduais da Associação, pecuaristas, comerciantes, lideranças empresariais, eclesiásticas e políticas da região.

Alguns pontos importantes para a compreensão do papel das elites na modernização regional foram constatados: articulação entre parte das elites regionais e estaduais; capacidade de mobilização da ACI; conexões entre elites rurais e urbanas (empresários e políticos), relações harmônicas entre a ACI e a Sociedade Rural; e o município de Montes Claros como centro aglutinador das elites. Além disso, demandas específicas apresentadas na Reunião expressam tendências das políticas de modernização regional, destacamos: a isenção de impostos/incentivos fiscais; facilidade de crédito aos investidores, qualificação da força de trabalho; estímulo às potencialidades econômicas regional – caso do frigorífico, (PEREIRA, 2007).

Em 1957, outro evento denotou a mobilização das elites regionais, a comemoração dos cem anos da cidade de Montes Claros, realizada pela prefeitura em parceria com a Sociedade Rural. O principal objetivo foi atrair de recursos públicos e

privados para a região, especialmente para Montes Claros. Assim, paralelamente à organização das comemorações, havia um movimento das elites reivindicando maiores investimentos para a região. Plínio Ribeiro, político tradicional do PSD reuniu-se com o presidente Juscelino Kubitschek em 1956 reivindicando empréstimo ao município de Montes Claros, obras da rodovia Corinto-Montes Claros, melhorias na Estrada de Ferro Central do Brasil, instalação de um frigorífico em Montes Claros, dentre outras reivindicações. Segundo Pereira (2007, p.46):

Perece-nos que as duas mobilizações, a de 1953 e 1957, independentemente de seus resultados imediatos, indicam a presença de uma razoável articulação regional. Assim, quando a SUDENE surgiu como uma alternativa, as elites regionais já tinham alguma experiência de mobilização e identificavam, em linhas gerais, diretrizes de ação, com vistas à promoção dos seus interesses e à modernização regional.

Pereira (2007) concorda com a análise de Braga (1985) sobre a relação entre os Capitais do Centro-Sul com a industrialização incentivada do Nordeste, porém afirma que ocorreu uma intensa participação das elites norte-mineiras no processo de modernização da região. O projeto original da SUDENE não incluía o Norte de Minas. As relações das lideranças locais e a cúpula política mineira foram fundamentais para a inclusão da região na área de atuação da Superintendência.

A modernização econômica, levada a efeito na região, obedecia a imperativos maiores, estando conectada com a dinâmica do capitalismo brasileiro, especialmente do grande capital do Centro-Sul, e foi capitaneada pelo poder público em suas instâncias federal e estadual. Porém, isso não equivale a uma operação completamente externa aos interesses das elites regionais, nem a uma passividade das mesmas ante o transcorrer da história (PEREIRA, 2007, p.54).

As lideranças empresariais urbanas, rurais e políticas norte-mineiras, fortemente unificadas, concordaram com o modelo de desenvolvimento implantado na região e se beneficiaram dele. A organização e as ações dessas elites, entre 1960 e 2000, permitiram chegar às seguintes conclusões: a) as elites apresentam uma organização razoável; b) agiram de forma unificada para a obtenção de investimentos em infraestrutura, manutenção e extensão de incentivos fiscais e de crédito; c) percebiam o Estado como um importante agente para o desenvolvimento; d) não mediram esforços para atrair capitais de fora da região, com o auxílio do Estado, pois entendiam que os investimentos privados tirariam a região do “atraso” e da condição “colonial” e; e)

participaram ativamente do processo de modernização, (PEREIRA, 2007). Na verdade, os objetivos passavam, em primeiro lugar, pelos benefícios particulares de uma elite que desde então tem no Estado um suporte fundamental para o processo de acumulação de riquezas.

Até o final da década de 1990, segundo Oliveira (2000), a SUDENE havia aprovado 222 projetos na região Norte de Minas Gerais, sendo 108 projetos industriais, 07 agroindustriais e 107 agropecuários, apresentando importante contribuição para o processo de crescimento econômico do Norte de Minas Gerais. Diferentes opiniões acerca das ações da SUDENE e do Estado no Norte de Minas foram percebidas por Cardoso (2000). Primeiro, parece ser consenso, o argumento de que houve uma maior participação do poder público na região, sendo esta fundamental para a concretização de mudanças econômicas, sociais e políticas nas últimas quatro décadas do século XX. Por outro lado, não há consenso quanto às formas como foram processadas estas mudanças e suas consequências.

No que diz respeito a essa última corrente de opinião, duas formas de argumentação se destacam segundo Cardoso (2000):

Um grupo que vê as ações do Estado, especialmente através da SUDENE, como o grande caminho que levou o Norte de Minas a superar, em grande medida, a barreira do isolamento e subdesenvolvimento. E, outro grupo que vê tais intervenções como estimuladoras de um processo de expansão capitalista, que apesar de ter proporcionado algum crescimento para a Região, de uma forma geral, intensificou as suas desigualdades internas motivando e/ou agravando outros problemas econômicos e sociais (CARDOSO, 2000, p.223).

O autor acima salienta que ambos os argumentos apresentam forte apelo ideológico, o que pode enviesar ou tornar tendenciosas as análises e as opiniões sobre os resultados na região. No entanto é inconcebível uma ciência neutra como propunha, por exemplo, o pensamento funcionalista de Durkheim. Recordar-se Thiollente (1982, p.129) ao afirmar que “todas as atividades de investigação social, relativas ao presente, são ligadas de modo explícito ou não a práticas econômicas, políticas ou ideológicas associadas ao poder” (THIOLLENT, 1982, p.129).

Desta forma, cientes dos aspectos políticos e/ou ideológicos que envolvem a prática das ciências sociais, o posicionamento ante os argumentos não deve ser evitado, mas sim explicitados. Assim, de acordo com a perspectiva teórica que orienta este estudo, consideramos que a SUDENE propiciou o desenvolvimento do capitalismo no

Norte de Minas e realmente contribuiu para a superação do isolamento econômico e político da região. No entanto trouxe também as contradições inerentes ao sistema capitalista, como a mercantilização das relações sociais, aumento da expropriação do trabalho, o aumento das desigualdades sociais, dentre outras. O capitalismo não está isento de contradições e crises, o seu processo de expansão e a, conseqüente, subordinação de regiões a sua lógica produtiva orientada para a acumulação de capital, pode a princípio dissimular suas contradições, mas jamais eliminá-las. E são derivados destas contradições os problemas econômicos e sociais mais importantes das sociedades capitalistas.

Questão social no Nordeste brasileiro e no Norte de Minas

Segundo Oliveira (2010), o desenvolvimento do Nordeste atualmente precisa ser estudado por um novo prisma, haja vista a integração da região à economia do país alcançada mediante as ações da SUDENE. Hoje se percebe que os incentivos fiscais concedidos e utilizados indiscriminadamente transformaram-se “apenas num valhacouto de ladrões do erário público”. Assim, a questão não é mais a integração do Nordeste, especificamente, no caso deste estudo, do Norte de Minas Gerais, à dinâmica capitalista do Centro-Sul, mas sim um problema que as ações da SUDENE não conseguiram solucionar, a *questão social*. Em outros termos, integrado à economia do Centro-Sul do Brasil o Nordeste reproduziu a obscena concentração de renda (desigualdade social) que marcou o modelo de desenvolvimento brasileiro.

Alguns dados evidenciam as mudanças ocorridas no Norte de Minas Gerais. O processo de industrialização incentivado alterou as relações de produção na região como pode ser percebido na evolução da população urbana. A Tabela 1 a seguir elucida o processo de crescimento da população urbana na cidade de Montes Claros/MG após a instalação da SUDENE.

TABELA 2
Evolução da população de Montes Claros entre as décadas de 1950 e 2000

População	1950	%	1960	%	1970	%	1980	%	1990	%	2000	%
Pop. Rural	51.365	72	90.837	69	29.600	25	22.095	12	30.969	11	17.764	06
Pop Urbana	20.370	28	40.500	31	86.886	75	155.463	88	250.573	89	289.183	94
Total	71.735	100	131.337	100	116.486	100	177.558	100	281.542	100	306.947	100

Fonte: IBGE

Na década de 1950 apenas 28% dos habitantes do município de Montes Claros residiam na área urbana e 72% residiam no campo. Em 1980 a situação era completamente inversa, pois apenas 12% da população do município residiam no campo, enquanto 88% residiam na área urbana. A força de trabalho e um amplo “exército de reserva” urbano estavam formados. Para Braga (1985, p.154) o declínio da pequena propriedade ocorreu devido “à concentração da propriedade da terra, à extensão das pastagens, ao aparecimento de empresas rurais medidas de crédito e incentivos fiscais que beneficiam os grandes, falta de escoamento da produção e o preço irrisório do fruto de seu trabalho”.

Embora os grandes proprietários de terras tenham sido beneficiados pela modernização econômica, o setor industrial foi quem mais desfrutou dos incentivos fiscais da SUDENE. Antes destes incentivos, a indústria no Norte de Mineira era inexpressiva, ocupava 1.217 pessoas dos 808.962 habitantes da região no ano de 1962, (PEREIRA, 2007).

A desestruturação nestas relações de produção a partir dos anos de 1960, segundo Pereira (2007), ocorreu por meio de três formas: a) a partir modernização das fazendas – constituição das invernadas, que desenvolveram-se com a chegada da Estrada de Ferro Central do Brasil e a pecuária, como um todo, foi se tornando mais moderna (novas técnicas de alimentação e reprodução dos bovinos, maiores facilidades para escoamento do produto); b) por meio do reflorestamento, pois com o aumento na demanda por carvão vegetal na região Central de Minas Gerais, além disso, os incentivos fiscais e de crédito favoreceram o crescimento desta atividade e c) por meio dos grandes projetos de irrigação, os projetos foram financiados pelo poder público, modernizando o

campo e expulsando os trabalhadores rurais para o meio urbano. De acordo com Pereira (2007):

No conjunto operou-se uma transformação do campo, concentrando ainda mais a propriedade da terra [...], disseminando o trabalho assalariado e ocasionando uma expressiva migração em direção a Montes Claros [...], cujo processo de industrialização também funcionava como atrativo para os trabalhadores rurais (PEREIRA, 2007, p.66).

Porém, os empreendimentos incentivados não apresentavam capacidade de absorção de toda a mão de obra que se deslocava em direção às cidades – relação de modernização do campo/desocupação de mão de obra. Segundo Pereira (2007), enquanto a ocupação nos estabelecimentos foi reduzida em mais de 170 mil postos de trabalho entre os anos de 1960 e 1980, os projetos incentivados pela SUDENE, tanto industriais quanto agropecuários, geraram 41.172 empregos entre os anos de 1959 e 1992. Como resultado desta oferta excedente de força de trabalho aparece, em escala crescente, o trabalhador informal, diarista. Este trabalhador atende melhor as necessidades do capital, pois se ajustam às demandas irregulares por força de trabalho e são desprotegidos pela legislação trabalhista.

A indústria instalada na região se caracterizava por ser poupadora de mão de obra. Ela exigia uma qualificação da mão de obra incompatível com os níveis existentes na região. A tecnologia importada refletia as relações sociais diferentes da realidade social norte-mineira, ocasionando em uma insuficiente absorção da força de trabalho local. Assim, a geração de emprego direto na região nem sempre era possível com a criação de indústrias locais, em virtude da indisponibilidade de mão de obra qualificada na região. Restava para os trabalhadores locais os postos de trabalho de menores exigências em termos de qualificação, portanto, os mais precários, (SANTOS, 1996).

No século XXI, as intensas mudanças colocam um novo cenário para a questão social no Norte de Minas Gerais. Em um quadro global de intensas mudanças inter-relacionadas no universo produtivo, do trabalho e das ações governamentais, especialmente no que tange às (des)regulamentações do mercado de trabalho, a “relação salarial fordista”, para utilizar os termos da Escola de Regulamentação Francesa, vem sofrendo um duro golpe. Independente da perspectiva e da terminologia utilizadas, precarização, informalidade, políticas neoliberais, ofensiva contra o trabalho, dentre

outros, é correto afirmar que houve uma dramática modificação nas relações de produção com um aumento da supremacia do capital em detrimento do trabalho.

Segundo Castels (2005) a “condição salarial” vem sendo afetada, grosso modo, desde os anos de 1970, pelo desemprego e a instabilidade no mercado de trabalho, obsolescência dos sistemas de proteção social típicos do compromisso fordista, o aumento dos “supranumerários” ou “inempregáveis”.

O núcleo da questão social hoje seria pois, novamente, a existência de “inúteis para o mundo”, de supranumerários e, em torno deles, de uma nebulosa de situações marcadas pela instabilidade e pela incerteza do amanhã que atestam o crescimento de uma vulnerabilidade de massa (CASTEL, 2005, p.593).

No norte de Minas aproximadamente 1/4 dos trabalhadores que se deslocaram para o centro urbano regional entre os anos 1970 e 1990, no município de Montes Claros, foram absorvidos pelo mercado formal de trabalho, “garantindo direitos trabalhistas”. Outros 3/4 não obtiveram empregos nas indústrias que vieram para Montes Claros por meio dos incentivos. Embora esse contingente migrante pudesse ter sido absorvido nas atividades de comércio e serviços ou por algumas indústrias existentes na cidade antes dos incentivos, fica claro é que a informalidade e o desemprego são fenômenos históricos concernentes à relação capital-trabalho na região Norte de Minas Gerais que desautorizam uma rigorosa utilização do conceito de “condição salarial” aplicado aos sertanejos.

Até o final do século passado, a inexistência de uma “condição salarial” cristalizada no Norte de Minas Gerais abria espaço para a imbricação entre a “velha” e a “nova” questão social na região. Em outros termos, o processo de precarização do trabalho, com redução dos direitos trabalhistas, se somavam ao histórico de desemprego e informalidade do mercado de trabalho nordestino e norte-mineiro. O velho e o novo se mesclavam compondo um quadro sombrio para a massa da população local, a qual vivia a mercê da intervenção estatal, seja como impulsionadora do desenvolvimento regional ou mesmo na assistência social direta como no caso dos programas sociais de transferência de renda.

O Nordeste brasileiro é atualmente a região que mais cresce no Brasil. Seu PIB, desde o início do século atual, vem crescendo a taxas maiores que a média nacional e maiores até mesmo que a região sudeste. Uma diferença fundamental desta nova fase

do desenvolvimento nordestino é sua ancoragem no setor privado. Ao contrário dos esforços governamentais via SUDENE nas décadas anteriores. O processo de deslocamento de grandes indústrias nacionais e mesmo a chegada de várias multinacionais para a região propiciaram, pela primeira vez na história, um ciclo de desenvolvimento sólido, baseado em investimentos da iniciativa privada. Este novo ciclo do desenvolvimento do Nordeste já está repercutindo na histórica migração nordeste/sudeste do último século. Verifica-se atualmente tanto uma migração de retorno quanto uma estagnação das taxas de migração entre os nordestinos.

A região norte de Minas não está acompanhando o crescimento do nordeste. As diferenças regionais no Estado não foram significativamente reduzidas com a intervenção da SUDENE. Ainda hoje, os indicadores econômicos e sociais estratificados por região confirmam uma enorme discrepância entre as regiões Central e o Triângulo mineiro, em contraposição ao norte de Minas e os Vales Jequitinhonha e Mucuri.

As intervenções do Estado propiciaram um desenvolvimento econômico concentrador e desigual no Norte de Minas Gerais. A persistência das desigualdades regionais é um grande desafio. Vislumbra-se atualmente um novo ciclo de desenvolvimento no norte de Minas. Projetos como da exploração de minério de ferro na microrregião do Alto Rio Pardo, a exploração de gás mineral na bacia do Rio São Francisco e do novo ciclo de industrialização na microrregião de Montes Claros ensejam um desenvolvimento baseado em investimentos da iniciativa privada, portanto, mais sólido que os ciclos anteriores. No entanto, estes ainda estão em fase de implantação.

Desenvolvimento econômico não significa necessariamente desenvolvimento social, pois está ligado ao crescimento econômico, ao processo de acumulação de capital. O desenvolvimento social, por sua vez, se refere a mudanças qualitativas ligadas a melhoria da qualidade de vida da massa da população e expresso em melhorias significativas na distribuição de renda, habitação, saúde, educação, seguridade social, dentre outros. O processo de desenvolvimento regional nas últimas décadas voltou-se para questões estruturais ligadas ao sistema produtivo, atendendo, especialmente, aos interesses do grande capital, ou seja, se distanciou da concepção de desenvolvimento social.

Referências bibliográficas:

ANASTASIA, Carla Maria Junho. A Sedição de 1736: estudo comparativo entre a zona dinâmica da mineração e a zona marginal do sertão agro-pastoril do São Francisco. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Departamento de Ciência Política. Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 1983.

BOTELHO, Tarcisio Rodrigues. Famílias e escravarias: demografia e família escrava no Norte de Minas Gerais no séc. XIX. Dissertação de Mestrado em História Social. Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, São Paulo, Junho de 1994.

BRAGA, Maria Ângela Figueiredo. Industrialização da Área Mineira da SUDENE: um estudo de caso. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Departamento de Ciências Sociais. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Março de 1985.

CANO, Wilson. A criação da SUDENE. *Cadernos do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, vol 5, n. 7, out. 2010.

CARDOSO, José Maria Alves. A Região Norte de Minas Gerais: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais. Dissertação de Mestrado. Departamento de Economia, Centro de Ciências Sociais aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1996.

_____. A Região Norte de Minas Gerais: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais. In: OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. *Formação Social e Econômica do Norte de Minas*. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2000.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

COSTA, João Batista de Almeida. Cultura sertaneja: a conjugação de lógicas diferenciadas. In: SANTOS, Gilmar Ribeiro dos. *Trabalho, cultura e sociedade no Norte de Minas Gerais: considerações a partir das Ciências Sociais*. Montes Claros: Best Comunicação e Marketing, 1997.

DULCI, Otavio Soares. *Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

FURTADO, Celso. *A fantasia desfeita*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. *O mito do desenvolvimento econômico*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

MATA-MACHADO, Bernardo Novais da. *História do sertão noroeste de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

MILIBAND, Ralph. *O Estado na sociedade capitalista*. Tradução de Fanny Tabak. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

OLIVEIRA, Francisco de. A criação da SUDENE. *Cadernos do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, vol 5, n. 7, out. 2010.

_____, *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. *Formação social e econômica do Norte de Minas*. Montes Claros, MG: Ed. Unimontes, 2000.

PEREIRA, Laurindo Mékie. *Em nome da região, a serviço do capital: o regionalismo político norte-mineiro*. Tese de Doutorado em História Econômica. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

SANTOS, Gilmar Ribeiro dos. *As novas formas de gestão do processo de trabalho em um grupo de indústrias têxteis*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1996.

SILVA, Ricardo dos Santos. *Nos trilhos do capital: a ferrovia no processo de integração do Norte de Minas Gerais às relações capitalistas de produção*. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Social. Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros/MG, 2011.

THIOLLENT, Michel. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. – 3ª ed. – São Paulo: Polis, 1982.